

CONTRATO Nº 052/PGJ/2024

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, inscrito no CNPJ nº 03.983.541/0001-75, neste ato representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**, portadora da cédula de identidade RG nº 001.586.462, expedida pela SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob o nº 322.458.581-15, residente e domiciliada em Campo Grande/MS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 73.972.002/0001-16, sediada na Rua Comendador Azevedo, nº 140, bairro Floresta, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.220-150, representada neste ato por **Vander Silva Furmaniak**, portador da CNH nº 01904975370, expedida pelo Denatran/SP, e inscrito no CPF sob o nº 029.547.589-70, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar este Contrato, decorrente do Processo nº 09.2023.00001917-5, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a prestação, pela Contratada, de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet, para atender às unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Capital e no interior do Estado.

1.2. O objeto desta contratação deverá ser executado conforme as especificações descritas no Termo de Referência e Anexos, Proposta, que integram este

Instrumento, independentemente de transcrição ou anexação;

1.3. O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência contratual é de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Requisitos da solução

3.1.1. A solução deverá atender todos os prédios do contratante;

3.1.2. Os custos de instalação, adequação, atualização, ativação, desativação com o fornecimento de quaisquer outros equipamentos, cabos, adaptadores e softwares, necessários ao efetivo funcionamento do sistema deverão correr por conta da contratada;

3.1.3. Os *links* MPLS deverão ser logicamente e fisicamente independentes de qualquer enlace ou equipamento da atual fornecedora, a operadora Oi, para que possa ser utilizado como meio de acesso redundante em caso de queda no serviço da operadora Oi;

3.1.4. Deverá fornecer software on-line de gerenciamento: com acesso em tempo integral: 24 horas/dia e 07 dias/semana, via internet ou intranet, compreendendo no mínimo módulos de Gerência de Desempenho que

permita:

3.1.4.1. Mensurar, via web, o tráfego em sua porta do roteador;

3.1.4.2. Fornecer no sistema web uma ferramenta que emita aviso quanto a falhas e indisponibilidade, proporcionando gerência proativa;

3.1.4.3. O serviço de monitoramento deve estar disponível 24 horas/dia e 7 dias/semana;

3.1.5. Sempre que houver lançamento de uma nova versão de sistema operacional e/ou "firmware" que faça correções de segurança dos equipamentos, poderá ser solicitada formalmente pelo MPMS à Contratada a atualização do sistema operacional e/ou "firmware" dos roteadores instalados. Nesse caso, a Contratada terá 7 (sete) dias corridos para realizar as atualizações solicitadas, sem nenhum ônus ao MPMS.

3.1.6. Deve possuir proteção anti-DDoS 24x7, a Contratada deverá disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC - Security Operations Center) no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, e emitir relatório com periodicidade mensal contendo, no mínimo, informações sobre o funcionamento do serviço e utilização de recursos. A solução deve possuir capacidade de analisar a reputação de endereços IP, possuindo base própria de informações, gerada durante a filtragem dos ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP, não será aceito bloqueio de ataques DoS e DDoS por ACLs em roteadores de borda da Contratada, exceto mediante solicitação do MPMS; Suporte a BGP (Border Gateway

Protocolo) e configuração de vizinhança de sistema autônomo (AS), com no mínimo

2 sessões BGP em *full routing*

3.1.7. Deve atender aos níveis mínimos de serviço estipulados pelo Contratante;

3.1.8. Identificada uma falha, imediatamente a contratada deverá tomar providências para a resolução do problema e contatar o responsável da Secretaria de Tecnologia da Informação (via ligação, envio de mensagem SMS ou outro meio hábil autorizado pelo MPMS). São consideradas falhas proativas: indisponibilidade de toda ou parte da solução, interrupção da linha, equipamentos com interface

down, intermitência, taxa de erros constantes e/ou acima do limite, entre outros; 3.1.9. Apresentar relatórios indicando a causa da falha e a solução do problema, tempo de parada e horário da indisponibilidade;

3.1.10. O sistema deverá disponibilizar aos responsáveis da Secretaria de Tecnologia da Informação todas as informações sobre abertura, posicionamento em tempo real e fechamento dos chamados técnicos,

3.2. ITEM 2 – *Link* MPLS com velocidade mínima de 30Mbps N3;

3.2.1. Deverá garantir velocidade mínima de 30Mbps (Trinta Megabits por segundo) para download e 30Mbps (Trinta Megabits por segundo) para upload, com possibilidade de incremento de velocidade em caso de aumento de demanda e observada a viabilidade técnica;

3.3. ITEM 3 – *Link* MPLS com velocidade mínima de 50Mbps N3;

3.3.1. Deverá garantir velocidade mínima de 50Mbps (Cinquenta Megabits por segundo) para download e 50Mbps (Cinquenta Megabits por segundo) para upload, com possibilidade de incremento de velocidade em caso de aumento de demanda e observada a viabilidade técnica;

3.4. ITEM 4 – *Link* MPLS com velocidade mínima de 100Mbps N2

3.4.1. Deverá garantir velocidade mínima de 100Mbps (Cem Megabits por

segundo) para download e 100Mbps (Cem Megabits por segundo) para upload, com possibilidade de incremento de velocidade em caso de aumento de demanda e observada a viabilidade técnica;

3.5. ITEM 5 – *Link* MPLS com velocidade mínima de 1Gbps (1000Mbps) – Concentrador N1;

3.5.1. Deverá garantir velocidade mínima de 1Gbps (Um Gigabit por segundo) para download e 1Gbps (Um Gigabit por segundo) para upload, com possibilidade de incremento de velocidade em caso de aumento de demanda e observada a viabilidade técnica;

3.6. Os *links* MPLS (itens: 2, 3, 4 e 5) deverão possuir as seguintes características:

3.6.1. O limite de atuação da contratada será o cabo de conexão entre a porta LAN do seu equipamento e o equipamento do contratante em cada localidade, não podendo, os mesmos, efetuarem quaisquer tipos de acesso/alterações nos demais equipamentos da contratante. A conexão física entre o equipamento da operadora (CPE) e a LAN do MPMS será de responsabilidade da contratante;

3.6.2. Caberá à contratada fornecer, instalar e manter os equipamentos necessários à prestação dos serviços solicitados;

3.6.3. A Contratada deverá disponibilizar, nas localidades do MPMS, todos os equipamentos (modems, roteadores, *switches* etc.) de forma a disponibilizar uma interface Ethernet (padrão IEEE 802.3) para conexão à rede LAN do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

3.6.4. A Contratada deverá fornecer componentes novos com os respectivos acessórios, dispositivos, manuais técnicos e informações necessárias para o bom funcionamento e utilização;

3.6.5. A Contratada deverá possuir estrutura de assistência técnica com disponibilidade de atendimento imediato nas seguintes cidades: Campo Grande,

Dourados, Três Lagoas e Corumbá;

3.6.6. A Contratada deverá manter a solução em perfeitas condições de operação, visando sempre a não interrupção na prestação dos serviços;

3.6.7. As características técnicas gerais minimamente aceitáveis serão especificadas conforme solução escolhida e constam no anexo do Termo de Referência.

3.6.8. Ser logicamente e fisicamente independentes de qualquer enlace ou equipamento das operadoras Vale do Ribeira e Oi, para que possa ser utilizada como meio de acesso redundante em caso de queda no serviço destes *links*;

3.7. Níveis Mínimos de Serviço (NMS)

3.7.1. Os níveis mínimos de serviço serão definidos em especificação técnica detalhada consonante a solução escolhida e aos prazos necessários.

3.8. Demais requisitos

3.8.1. Manutenção:

3.8.1.1. A solução deverá contar com suporte e garantia do fornecedor, para resolução de problemas, via telefone (0800), e-mail ou a qualquer hora pela Internet, o atendimento deverá ser realizado por, no mínimo, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte quatro) horas por dia. O serviço deverá garantir disponibilidade mínima coerente com a localidade

3.8.1.2. Poderá eventualmente haver mudança de endereços, bandas e classes das unidades da Contratante, assim como a adição de novas unidades no projeto. No caso de mudança de endereço e a adição de novas unidades, a

Contratada deverá arcar com os respectivos custos de alteração da rede, desde que não seja necessário o desenvolvimento de projetos especiais para atendimento.

3.8.1.3. Os testes de conectividade serão realizados pelas equipes técnicas do Contratante e da contratada sendo admitida a participação remota das equipes envolvidas.

3.8.2. Temporal:

3.8.2.1. Os *links* MPLS deverão ser ativados em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da ordem de serviço, podendo o prazo ser renegociado desde que justificado e aprovado pelo Contratante, desde que haja viabilidade técnica.

3.8.2.2. As solicitações de aumento de banda deverão ser atendidas num prazo máximo de 30 (trinta) dias. Para atendimento das solicitações de alteração de velocidade do circuito, este prazo poderá ser acrescido de 30 (trinta) dias quando houver necessidade de alterações na composição dos acessos (acréscimo de *hardware*, obras civis, troca de equipamentos de terminação/installação de novos *hardwares*).

3.8.2.3. No caso de mudanças de endereço em que estejam instalados equipamentos para prestação de serviços contratados, a CONTRATADA se compromete a fazer a mudança da instalação dos equipamentos para o novo endereço, dentro da mesma cidade ou município, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da expressa solicitação da mudança, desde que haja viabilidade técnica.

3.8.2.4. A tabela a seguir apresenta os principais eventos que ocorrerão durante a execução do contrato:

AÇÃO	PRAZO
Reunião de alinhamento de expectativas	Até 10 dias corridos após a assinatura do contrato
Apresentação de preposto comercial e preposto técnico designado ao CONTRATANTE	Até 10 dias corridos após a assinatura do contrato
Ativação dos <i>links</i> MPLS	Até 30 dias corridos contados da emissão da ordem de serviço, podendo o prazo ser renegociado desde que justificado e aprovado pelo CONTRATANTE
Solicitações de aumento de banda	30 dias corridos, podendo ser acrescido de mais 30 dias corridos quando houver necessidade de alteração na composição dos acessos.
Mudança de endereço dentro do mesmo município	45 dias corridos, a partir da expressa solicitação da mudança, desde que haja viabilidade técnica.
Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços pelo CONTRATANTE	Até 7 dias úteis após o início dos serviços

contratos@mpms.mp.br
(67) 3318-2063- (67) 3318-2071

Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Sales, 214
Jardim Veraneio – 79.031-907 – Campo Grande (MS)
(67) 3318-2000 – www.mpms.mp.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por NILZA GOMES DA SILVA em 10/09/2024. Para conferir o original, acesse o site <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/>, informe o processo 09.2023.00001917-5 e o código 1D40AE3.

fls. 3982

Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços pelo CONTRATANTE	Até 5 dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços.
--	--

3.8.3. Segurança:

3.8.3.1. A Contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas do MPMS quaisquer informações sobre dados, administração, controle do uso, relatórios, segredo confidencial, processos, fórmulas, fluxogramas, diagramas lógicos relacionados à prestação dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no Contrato, não podendo revelá-los ou facilitar informações a terceiros;

3.8.3.2. O acesso aos equipamentos no interior dos prédios do MPMS deverá ser acompanhado de servidor público e somente realizado por técnicos da empresa prestadora de serviço ou de terceirizada autorizada devidamente identificados.

3.8.3.3. Os dados obtidos direta ou indiretamente pelos técnicos da prestadora de serviços não poderão ser repassados a terceiros sem consentimento da contratante;

3.8.4. As aplicações voltadas aos administradores poderão utilizar os idiomas português do Brasil ou inglês.

3.8.5. Garantia e Manutenção:

3.8.5.1. Deverá prestar garantia e suporte por até 60 (sessenta) meses, via telefone para abertura de chamados. No regime de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano (24x07x365);

3.9.5.2. Deverá atender ao nível de disponibilidade definido.

3.8.5.3. Deverá contar com serviço de gerenciamento proativo;

3.9.5.4. A abertura de chamados através de telefone 0800 deverá ser realizada em português;

3.8.5.5. A abertura de chamados através de *e-mail* deverá ser respondida com o número do chamado dentro de no máximo 10 minutos;

3.8.5.6. A manutenção, quando necessária, deverá ser realizada no local, por técnico devidamente identificado e acompanhado por um servidor da localidade.

3.8.5.7. A garantia equivale ao período de duração do contrato, correspondente a até 60 (sessenta) meses, contados a partir da efetiva aceitação dos produtos e serviços, sendo renovado anualmente a critério da Administração nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

3.9. Do sigilo e segurança da informação

3.9.1. A(s) contratada(s) deverá(ão) manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo contratante a tais documentos.

3.9.2. A(s) contratada(s) não poderá(ão) divulgar quaisquer informações a que tenham acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenham tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

3.9.3. A fim de garantir-se as condições dos itens supramencionados, a(s) contratada(s) deverá(ão) assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de

Sigilo e entregar ao Gestor e/ou Fiscal da contratação antes do início da execução do contrato.

3.10. Da execução do objeto

3.10.1. A Contratada deve:

3.10.1.1. levar imediatamente ao conhecimento do contratante qualquer fato extraordinário ou anormal causado por ataques cibernéticos realizados com sucesso aos seus serviços, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos.

3.10.1.2. configurar, de comum acordo com o contratante, listas de controle de acesso (ACLs), que definirão quais estações de trabalho e quais servidores da rede interna do contratante terão direito de realizar a monitoração dos ativos de rede;

3.10.1.3. implementar ACLs que proibam o acesso remoto aos equipamentos da contratada instalados nas dependências do contratante, exceto para endereços da rede do contratante e endereços específicos de gerência da rede da contratada.

3.10.1.4. encarregar-se das atividades de avaliação, acompanhamento e tratamento de alertas gerados, tomando, de imediato, providências relativas a cada incidente registrado;

3.10.1.5. monitorar e gerenciar os serviços contratados 24 horas por dia, 07 dias por semana, visando garantir os padrões de desempenho, disponibilidade e confiabilidade contratados;

3.10.1.6. não divulgar, sob qualquer pretexto, as características da solução de rede a ser fornecida ou quaisquer outras informações que venha a ter acesso em função do desempenho das atividades inerentes aos serviços objeto desta contratação;

3.10.1.7. não poderá, sob nenhum pretexto, empregar em nenhum dos seus equipamentos que atendam o contratante, técnicas de "traffic shapping" e "sniffing" ou similares;

3.10.2. Dos locais de prestação dos serviços

3.10.2.1. Os locais de prestação dos serviços estão definidos conforme relação de endereços das localidades do contratante, conforme Anexo II do Termo de Referência.

3.10.2.2. Para os fins da contratação, as localidades do contratante, detalhadas no Anexo II do Termo de Referência, estão classificadas por tipos (N1, N2 ou N3).

3.10.2.3. Os tipos de localidade têm como objetivo definir o acordo de nível de serviço que a contratada deverá respeitar para cada local, em cada lote;

3.10.2.4. A classificação de novas localidades que possam surgir durante a execução contratual respeitará o seguinte critério:

3.10.2.4.1. Lote 2:

3.10.2.4.1.1. comarcas que possuem número superior a 40 pontos de acesso: N2;

3.10.2.4.1.2. comarcas que possuem número igual ou inferior a 40 pontos de acesso: N3;

3.10.2.4.1.3. comarcas que hospedam o concentrador: N1

3.10.2.5. Há a possibilidade da inclusão de novas localidades, de acordo com o interesse do contratante, e nesses casos a contratada deverá providenciar os meios de acesso e as instalações necessárias ao funcionamento do serviço de comunicação dedicado na referida localidade;

3.10.2.6. O valor unitário do serviço a ser considerado será de acordo ao item solicitado pelo contratante para a respectiva localidade;

3.10.3. Do cronograma de implantação

3.10.3.1. A Contratada deverá cumprir os eventos descritos na tabela a seguir, respeitando os prazos máximos estabelecidos, os quais poderão ser antecipados sempre que as circunstâncias assim o permitam. Os tempos considerados nas tabelas a seguir são contados em dias corridos.

3.10.3.2. Cronograma de implantação dos itens do lote II:

Marco	Prazo	Evento MPMS	Responsável
Mo		Assinatura do contrato	MPMS e CONTRATADA
I	Até 5 dias corridos após assinatura do contrato	Reunião inicial do projeto	MPMS e CONTRATADA
II	Até 5 dias corridos após o Marco I	Apresentação do detalhamento técnico	CONTRATADA
III	Até 5 dias corridos após Marco II	Aprovação do detalhamento técnico	MPMS
IV	Até 30 dias corridos após o Marco III	Implantação Inicial - Instalação, configuração e teste de aceitação para todos os itens	CONTRATADA
M1		Ateste provisório para todos os itens	MPMS
V	Até 10 dias corridos após o Marco M1	Período de Funcionamento Experimental - PFE	CONTRATADA e MPMS
M2		Emissão do Termo de Recebimento Definitivo após o PFE.	MPMS

* Caso algum dos marcos seja prorrogado, consideram-se prorrogados os marcos posteriores.

3.10.4. Requisitos obrigatórios para a implantação inicial dos serviços de cada lote:

3.10.4.1. Após a assinatura do contrato, deverá ser elaborado um plano de implantação inicial dos serviços, que deverá conter no mínimo:

3.10.4.1.1. Cronograma detalhado de implantação (por localidade);

3.10.4.1.2. Descrição detalhada do roteamento para operação normal da rede;

3.10.4.1.3. Cronograma das interrupções necessárias que possam resultar em indisponibilidade da rede para os usuários.

3.10.4.2. Na reunião inicial do projeto serão tratados os seguintes aspectos:

3.10.4.2.1. Ratificação ou retificação por parte do contratante das quantidades

para ativação inicial dos itens referentes aos *links*;

3.10.4.2.2. Topologia da rede;

3.10.4.2.3. Priorização e paralelização de atividades centrais do projeto a ser entregue;

3.10.4.2.4. Nomeação dos prepostos e equipe técnica da Contratada;

3.10.4.2.5. Apresentação da equipe de fiscalização do Contratante.

3.10.4.3. O detalhamento técnico deverá conter, no mínimo, o plano de implantação dos serviços, cujo escopo deverá contemplar todos os itens ratificados para ativação inicial pelo Contratante na reunião inicial do projeto.

3.10.4.4. Será constituída uma Equipe de Implantação por representantes do contratante, a qual será responsável pela aprovação e gerenciamento da execução do detalhamento técnico;

3.10.4.5. O início da implantação dar-se-á somente após a aprovação, pelo Contratante (Equipe de Implantação), do detalhamento técnico;

3.10.4.6. Caso o detalhamento técnico não seja aprovado pela Equipe de Implantação, a contratada deverá corrigi-lo e reapresentá-lo em no máximo 5 (cinco) dias corridos após a comunicação de sua rejeição;

3.10.4.7. O aceite provisório e definitivo dos *links* de comunicação do lote 4 será dado somente de forma global, ou seja, somente após a instalação completa de todos os itens do lote;

3.10.4.8. Para efeitos de aceite dos itens, a contratada deverá ter realizado, com sucesso, um ou mais testes de aceitação do funcionamento dos itens, conforme subitem 3.10.5 – Dos testes de aceitação. Eventuais falhas recorrentes na fase de testes serão consideradas atraso;

3.10.4.9. A Contratada deverá documentar, em forma de relatório, todos os testes realizados e anexar ao detalhamento técnico, com todas as atualizações efetuadas durante a sua implantação. Este relatório deverá ser enviado formalmente à contratante;

3.10.4.10. A Contratada deverá encaminhar semanalmente por e-mail ao Departamento de Tecnologia e Infraestrutura, cronograma atualizado com o andamento de todas as atividades referentes à implantação dos serviços, constando ao menos a relação de pontos solicitados já ativados e a situação dos pontos pendentes, assim como o motivo da pendência;

3.10.4.11. Vencidos os prazos de entrega e não cumprida a obrigação pactuada, a contratada estará sujeita às sanções cabíveis;

3.10.4.12. A Contratada deverá realizar a avaliação da execução dos serviços solicitados quanto a desconformidades.

3.10.5. Dos testes de aceitação

3.10.5.1. A ativação e o funcionamento dos serviços de comunicação serão validados, para cada enlace, mediante a execução de procedimento de testes de aceitação realizados pela contratada com acompanhamento do contratante;

3.10.5.2. Novos testes deverão ser realizados conforme alteração no enlace ou mediante solicitação do contratante;

3.10.5.3. Quanto ao servidor de medições:

3.10.5.3.1. O servidor de medições para indicador de velocidade e latência dos *links* de intranet e MPLS deverá ser uma das seguintes opções:

3.10.5.3.1.1. Servidores definidos e implementados pelo MPMS, localizados nas duas pontas do enlace em questão;

3.10.5.3.1.2. Servidores definidos e implementados pela contratada, localizados nas duas pontas do enlace em questão;

3.10.5.4. A Contratada deverá emitir um relatório dos testes realizados no qual deve constar evidências de funcionamento do *link*, conforme estabelece o subitem 3.11.5.5, e os dados dos responsáveis técnicos da Contratada e dos servidores do Contratante designados para acompanhar os testes;

3.10.5.5. Deverão constar no relatório, para cada *link* ativado, no mínimo as seguintes informações:

3.10.5.5.1. Aferição da velocidade do *link*, tanto para download como upload, perdas de pacotes e latência;

3.10.5.5.2. Resultado da validação de acesso, realizada pelo contratante, através das credenciais fornecidas pela contratada, se compatível com a tecnologia e topologia utilizada;

3.10.5.5.3. Verificação de conformidade técnica dos insumos com o exigido no Termo de Referência e anexos.

3.10.5.6. Os relatórios dos testes de aceitação deverão ser enviados ao contratante em até 2 (dois) dias úteis após sua realização, para fins de aprovação e prosseguimento do recebimento provisório, conforme estabelecido no subitem 7.2 – Do recebimento do objeto;

3.10.5.7. Caso o contratante verifique que os resultados dos testes estejam fora dos limites definidos nos níveis mínimos para o serviço, cientificará a contratada para realizar as correções no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação. caberá ao contratante dar o aceite para solução apresentada para o problema.

3.10.5.8. É de inteira responsabilidade da Contratada o ônus da instalação, adequação, atualização, ativação, desativação com o fornecimento de quaisquer outros equipamentos, cabos, adaptadores e softwares, necessários ao efetivo funcionamento da solução, incluindo o descarregamento e o transporte dos itens até o local de recebimento.

3.10.6. Da alteração de endereço

3.10.6.1. Após a instalação inicial, as solicitações de alteração de endereço dos enlaces contratados, dar-se-ão por solicitação formal do Contratante, a partir da emissão de Ordem de Serviço, conforme modelo descrito no Anexo III do Termo de Referência;

3.10.6.2. Os prazos máximos para a realização das alterações de endereço variam de acordo com cada lote, estão descritos no indicador nº 08 de cada caderno de métricas, e serão contados a partir da data da solicitação;

3.10.6.2.1. Os prazos máximos indicados no subitem anterior poderão ser prorrogados em até 30 (trinta) dias corridos, mediante solicitação prévia e justificativa da contratada realizada em até 10 (dez) dias corridos antes do término do prazo;

3.10.6.3. Caberá ao contratante, de modo justificado, acolher ou não o pedido de prorrogação.

3.10.6.4. Em situações de mudança de endereço, o enlace antigo somente poderá ser desativado quando o novo já estiver operacional, mediante validação prévia do contratante conforme especificado nos testes de aceitação – subitem 3.10.5.

3.10.6.5. Vencido o prazo para alteração de endereço e da prorrogação e não cumprida a obrigação, a contratada estará sujeita às sanções cabíveis.

3.10.7. Da alteração de velocidade

3.10.7.1. Após a instalação inicial, as solicitações de alteração de velocidade (taxa de transmissão) dos enlaces contratados, dar-se-ão por solicitação formal do contratante, a partir da emissão de Ordem de Serviço, conforme modelo

descrito no Anexo III do Termo de Referência;

3.10.7.2. O Contratante poderá solicitar a mudança de tipo de *link* (*upgrade* ou *downgrade*) para uma localidade, a fim de atender as novas necessidades;

3.10.7.3. Os prazos máximos para a realização das alterações de velocidade variam de acordo com cada lote, estão descritos no indicador nº 07 de cada caderno de métricas, e serão contados a partir da data de solicitação;

3.10.7.3.1. O prazo máximo para alteração de velocidade poderá ser prorrogado em até 60 (sessenta) dias corridos, mediante solicitação prévia e justificativa da contratada realizada durante o prazo para alteração de velocidade, desde que aceite pelo contratante;

3.10.7.3.2. Caberá ao Contratante, de modo justificado, acolher ou não o pedido de prorrogação.

3.10.7.4. Caso necessário, a Contratada deverá realizar a substituição dos equipamentos para adequação à velocidade do *link* sem ônus para o contratante;

3.10.7.5. O Contratante validará as alterações de velocidades solicitadas, conforme testes de aceitação especificados no subitem 3.10.5 – Dos testes de aceitação;

3.10.7.6. Recebido o relatório com testes de aceitação, a contratada realizará o recebimento do serviço conforme o subitem 7.2 – Do recebimento do objeto;

3.10.7.7. O faturamento somente poderá refletir o valor da nova velocidade após validação realizada pelo contratante.

3.10.8. Da desativação

3.10.8.1. O Contratante poderá solicitar a desativação dos serviços de comunicação dedicado a qualquer momento, mediante solicitação formal do contratante à contratada;

3.10.8.2. A partir da data de recebimento da solicitação de desativação, o serviço deixará de ser faturado, salvo se na solicitação estiver estipulada data futura para a desativação;

3.10.8.3. Os relatórios gerenciais descritos no Anexo I do Termo de Referência devem permanecer disponíveis por, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos após a desativação do enlace de comunicação;

3.10.8.4. Após a desativação do serviço, todos os equipamentos da contratada deverão ser retirados em até 90 (noventa) dias corridos. caso estes não sejam retirados dentro do prazo estipulado, os equipamentos serão incorporados de forma definitiva ao patrimônio do Contratante;

3.10.8.5. Não serão devidos quaisquer valores adicionais referentes a desativação dos serviços.

3.10.9. Da garantia, suporte e manutenção

3.10.9.1. Deverá ser disponibilizado ao contratante o suporte técnico do fabricante em regime 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e trezentos e sessenta e cinco dias por ano), a contar do recebimento definitivo, nos seguintes prazos:

3.10.9.2. Para os itens que integram o objeto desta contratação, durante o período de vigência da garantia a contratada deverá, sem ônus adicional:

3.10.9.2.1. Prestar serviços de manutenção corretiva;

3.10.9.2.2. Durante a vigência do contrato, deverão ser fornecidos gratuitamente: correções, novas versões, releases ou atualizações mais recentes comercialmente disponíveis dos produtos e suporte técnico remoto;

3.10.9.2.3. Os serviços e a assistência remota poderão ocorrer (quando assim for solicitado ou permitido pela contratante) para a resolução de problemas e

atualizações comuns de manutenção e para assistência técnica, quando disponível e com a devida autorização da contratante, na qual os técnicos da contratada poderão se conectar ao equipamento através de uma conexão segura para solucionar os problemas.

3.10.9.2.4. Os serviços de suporte serão solicitados mediante a abertura de chamado da contratante, em português, via chamada telefônica local, chamada telefônica gratuita (0800), e-mail, ou site web à fabricante/contratada.

3.10.9.2.5. O número telefônico e o site web deverão ser informados pela fabricante/contratada, que fica comprometida a informar previamente qualquer alteração deles;

3.10.9.2.6. Durante o período de vigência do suporte técnico a fabricante/contratada deverá fornecer as atualizações e correções do conjunto de softwares por ele cobertos (updates, upgrades e releases), bem como a documentação correspondente, sem ônus ao Contratante.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação apenas para o lote II, nas localidades onde não possuir rede própria e desde que utilize infraestrutura física distinta da utilizada pela operadora Oi.

4.2. A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito, contendo, obrigatoriamente, o nome da empresa ou profissional a ser subcontratado, endereço, CNPJ ou CPF e os serviços que serão a elas subcontratados;

4.3. Os serviços a serem realizados pela subcontratada somente poderão ser iniciados após a aprovação do contratante.

4.4. Caso a parcela a ser subcontratada envolva serviços que exijam responsabilidade técnica, esta somente poderá ser efetuada com empresas devidamente registradas no CREA e/ou CAU, com comprovação de qualificação técnica que atenda ao exigido no edital de licitação para a parcela que se pretende subcontratar;

4.5. A subcontratação parcial do objeto é permitida após a devida autorização prévia do Contratante, e somente para aquelas parcelas que não sejam a de maior relevância do objeto.

4.6. O item 5 do certame (*Link MPLS Redundante – LM4*), o gerenciamento dos enlaces, bem como a elaboração do relatório de acompanhamento, relatório gerencial e relatório de análise de causa raiz caberá exclusivamente à Contratada.

4.7. A Contratada poderá, durante a execução do contrato, subcontratar os serviços até 70% (setenta por cento) do valor global do contrato, respeitado o 4.6;

4.8. Na hipótese de subcontratação, a contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados

4.9. A viabilidade, conveniência e satisfatoriedade da subcontratação deverão ser previamente analisadas e aprovadas pelo contratante.

4.10. Para a análise da subcontratação, a contratada deverá apresentar documentos referentes à qualificação da empresa subcontratada, regularidade fiscal e trabalhista.

4.11. Para a efetivação da subcontratação a contratada deverá apresentar,

perante o MPMS, cópia do ato que comprove o seu vínculo com a subcontratada. 4.12. O vínculo poderá ser comprovado por contrato de prestação de serviços.

4.13. A Contratada responsabiliza-se pela padronização compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.14. São inafastáveis as responsabilidades contratuais e legais da Contratada, que permanecerá perante o contratante totalmente responsável pela execução do objeto do contrato, sob qualquer aspecto, não podendo em nenhuma hipótese elidir sua responsabilidade.

4.15. A subcontratação não gerará qualquer espécie de vínculo entre o Contratante e a subcontratada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Participar da reunião de alinhamento de que trata o item 9.1, na data e horário marcados, conforme conveniência da Administração;

5.2. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da Contratada junto ao MPMS para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este órgão.

5.3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.4. Atender aos indicadores e Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos;

5.5. Executar todos os serviços, tarefas e atividades demandadas pelo Contratante dentro do prazo contratado, atendendo aos padrões de qualidade exigidos;

5.6. Executar os serviços de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Contrato, no Termo de Referência e seus Anexos.

5.7. Elaborar relatório gerencial de serviços, apresentando-o ao Contratante, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços atendendo aos requisitos definidos em instrumento específico

5.8. Responsabilizar-se por solicitar o credenciamento e descredenciamento de acesso físico e/ou lógico às dependências do Contratante bem como assumir quaisquer prejuízos porventura causados por seus profissionais

5.9. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, técnicos ou quaisquer outros.

5.10. Estimar todos os custos dos objetos desta licitação, não podendo esta estimativa ser utilizada futuramente como motivo para pleitear acréscimos de qualquer natureza nos preços das propostas

5.11. Sanar quaisquer irregularidades observadas pelo Contratante, de acordo com este Contrato, Termo de Referência e Anexos.

5.12. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

5.13. Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais causados por seus empregados ao contratante no exercício das obrigações contratuais.

5.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções que forem detectados durante a vigência do instrumento contratual, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente.

5.15. Comunicar à Administração por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento da prestação no prazo previsto, com a devida justificativa.

5.16. Comunicar ao contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto do contrato, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização.

5.17. Primar pelo bom planejamento das atividades, utilizar as boas práticas técnicas e de governança, avaliar previamente a viabilidade técnica, os riscos e os impactos de suas ações.

5.18. Cumprir fielmente o contrato de modo que os serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade

5.19. Manter seus empregados identificados por crachá e uniformizados, quando nas dependências do contratante, devendo substituir, no prazo estabelecido pelo contratante, qualquer um deles que for inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do contratante, não acate as suas determinações ou não observe às normas internas do contratante.

5.20. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a perfeita execução dos serviços, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

5.21. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias para a realização dos serviços de instalação dos equipamentos necessários a execução dos serviços.

5.22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de contrato;

5.23. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio do contratante, para que sejam adotadas as providências necessárias

5.24. Todos os profissionais, porventura alocados pela contratada para atendimento ao exigido nesta licitação, deverão ser de inteira responsabilidade desta perante os regimes legais de contratação trabalhista.

5.25. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com o Contratante.

5.26. Os empregados e prepostos da contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o contratante, correndo por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

5.27. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contrato, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade;

5.28. A Contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.29. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do Contratante, sob pena sofrer as sanções legais;

5.30. Manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações obtidas dentro do contratante;

5.31. Assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, descrito no subitem 5.6 do Termo de Referência;

5.32. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a contratação;

5.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.34. A Contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;

5.35. A Contratada se responsabilizará pelo correio eletrônico fornecido, de modo que, qualquer alteração desse endereço deverá ser comunicada ao Contratante, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

5.36. Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a contratada no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação;

5.37. A Contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do MPMS, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

5.38. Observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS;

5.39. A Contratada, fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

5.40. A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos prevista em outras normas específicas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Convocar a Contratada para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item 9.1.

6.2. Proporcionar todas as facilidades para a Contratada desempenhar o serviço a ser contratado, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção em prazo razoável a ser estabelecido, sob pena de suspensão da contratação,

ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante.

6.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços contratados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo.

6.5. Vistoriar o cumprimento do que foi proposto na descrição do serviço ofertado.

6.6. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas para a contratação.

6.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços contratados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

6.8. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a prestação dos serviços, efetuando o seu atesto quando ela estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

6.9. Permitir acesso dos prestadores de serviço da contratada às suas dependências, aos equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços contratados;

6.10. Efetuar o pagamento das parcelas devidas pela execução dos serviços, desde que cumpridas as formalidades e exigências do contrato;

6.11. Exercer a fiscalização dos serviços prestados;

6.12. Aplicar as penalidades cabíveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO

OBJETO E PAGAMENTO, E DO REAJUSTE

7.1. **O valor mensal deste Contrato é de R\$ 53.166,44 (cinquenta e três mil cento e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos);**

7.2. Do recebimento do objeto:

7.2.1. A aceitação ocorrerá em duas fases: provisória e definitivamente;

7.2.2. Aceite Provisório: O aceite será efetuado quando os itens estiverem operando adequadamente;

7.2.3. A aceitação dos serviços dar-se-á em até em até 5 (cinco) dias úteis após a realização com sucesso dos testes de aceitação e aprovação do relatório, com a observação, pelo contratante, da normalidade no provimento dos serviços destes itens;

7.2.4. Caso haja rejeição na aceitação dos serviços das localidades, o Contratante poderá solicitar a suspensão das migrações/implementações até que possíveis problemas sejam sanados, sem que isso gere direito à Contratada de protelar a implantação dos demais itens dentro dos prazos definidos;

7.2.5. A partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP), estará liberado o início para o faturamento do *link* contratado;

7.2.6. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, após notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e não será autorizado o início do faturamento, até que sanada a situação.

7.2.7. Aceite Definitivo: a aceitação final se dará após o término do Período de Funcionamento Experimental (PFE), que se inicia com a emissão do Termo de Recebimento Provisório e se encerra após o decurso de um período completo de 10 (dez) dias corridos sem nenhuma ocorrência de erros nos enlaces. A este

período sem ocorrência de falhas, denominado "Período *no-failures*" – PFE;

7.2.8. O PFE será reiniciado sempre que for detectada alguma falha ou incompatibilidade entre os serviços prestados e as especificações técnicas do Termo de Referência, ou ainda nos testes de conectividade/funcionalidade mencionados, adiando assim a conclusão do PFE por 10 (dez) dias corridos a partir do momento em que a falha/problema/inconsistência seja identificada e formalizada;

7.2.9. Ao final do PFE, concluído com sucesso, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), pelos fiscais e gestores do Contratante, autorizando, a partir de então a emissão das faturas de serviço;

7.2.10. A emissão do TRD não isenta a Contratada das responsabilidades sobre o pleno funcionamento de todas as facilidades e vantagens oferecidas, estendendo-se a necessidade de teste dessas facilidades ao longo da vigência do contrato;

7.2.11. A partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, estará liberada a emissão da fatura dos serviços.

7.2.12. Após o recebimento inicial, a conformidade mensal dos serviços prestados se dará da seguinte forma:

7.2.12.1. Provisoriamente: pelo(s) responsável(is) pelo seu acompanhamento, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do recebimento da fatura dos serviços;

7.2.12.2. Definitivamente: pelo gestor e fiscais da contratação, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento provisório, desde que não haja nenhuma adequação do objeto aos termos contratuais. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.13. As solicitações de prorrogação de prazo, em eventuais situações extraordinárias, serão submetidas a análise do Contratante.

7.2.14. Caso a Contratada não cumpra as condições acima estipuladas poderá sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade;

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato e do órgão contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.7.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.2.1. Poderão ser solicitadas à Contratada o envio de documentos complementares não constantes no SICAF.

7.7.3. O Contratante realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.7.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.6. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.7.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.8. Do Pagamento

7.8.1. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços, e a correspondente fatura, deverão ser apresentadas aos fiscais e gestores do Contratante, mensalmente, compreendendo do primeiro ao último dia do mês;

7.8.2. A fatura deverá, para cada lote, ser única para todos os *links* contratados, baseada no modelo de prévia de faturamento – Anexo V, e deverá englobar os serviços prestados para todo o período (mês). Situações em que haja ativação/alteração de *link* durante o período de faturamento, deverão estar consolidadas na mesma fatura referente ao período.

7.8.3. Antes da apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços e a correspondente Fatura, deverá ser apresentado ao Contratante um relatório mensal analítico, conforme modelo de prévia de faturamento do Anexo V, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à execução dos serviços, contendo os descontos proporcionais relativos ao desempenho da contratada no que diz respeito ao atendimento dos níveis de serviços estabelecidos no edital e contrato e serão acompanhadas das respectivas memórias de cálculo dos descontos lançados, sob pena de não pagamento da fatura mensal. Este relatório deverá estar em formato compatível com MS Office ordenado por circuito, assim como em gráficos para melhor visualização/análise dos dados

pelos gestores do contrato do contratante;

7.8.4. Os fiscais e gestores do contratante disporão de um prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do relatório do item anterior para sua análise e cálculo dos ajustes no pagamento pelo não atendimento das metas dos níveis de serviço estipulados, quando houver;

7.8.5. Havendo discrepância entre as informações do relatório e as informações apuradas pela contratante, a contratada deverá apresentar manifestação com detalhamento ou correção das informações do relatório em até 5 (cinco) dias úteis após manifestação da contratante.

7.8.6. Contratante e Contratada deverão, de comum acordo em até 5 (cinco) dias úteis após manifestação descrita no subitem 7.8.5, identificar, definir e sanar as causas das divergências.

7.8.7. As inoperâncias e/ou indisponibilidades dos serviços conforme demonstrado no relatório mensal analítico que não sejam de responsabilidade do Contratante, irão gerar descontos na fatura do mês corrente correspondente, acrescido, quando for o caso, das sanções previstas na Cláusula Décima;

7.8.8. No período de transição referente ao final do contrato, que compreende a desinstalação gradual dos circuitos ativos, haverá o pagamento do circuito em funcionamento até que a desinstalação seja solicitada pelo contratante;

7.8.9. O pagamento referente ao mês de ativação ou desativação de serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial correspondente;

7.8.10. O pagamento referente ao mês em que houver alteração de velocidade (alteração de item contratual) será proporcional ao número de dias do mês comercial em cada item correspondente;

7.8.11. A primeira fatura somente ocorrerá após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Implantação Total do objeto contratado, e corresponderá à prestação de serviços desde a emissão dos Termos de Recebimento Provisório;

7.8.12. Após a aprovação expressa da Contratante do relatório mensal analítico conforme estabelecido no subitem 7.8.3, a Contratada deverá encaminhar a NFE através do endereço de correio eletrônico notas@mpms.mp.br. Não serão aceitas NFE encaminhadas por outros canais;

7.8.13. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o ateste das NFE/Fatura, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada, mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, por intermédio de ordem bancária;

7.8.14. O pagamento também poderá ser realizado por meio de código de barras contido na NFE/Fatura da contratada.

7.8.15. Ao Contratante fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega e aceitação do objeto adjudicado, este não estiver de acordo com as especificações estipuladas;

7.8.16. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.8.17. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou ainda dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da Contratada incorrerá em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do contratante.

7.8.18. Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma

injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente "pro rata die" com base no IPCA-IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado "pro rata die".

7.9. Dos ajustes de pagamento

7.9.1. Os ajustes de pagamento (glosas) serão efetuados de acordo com os níveis de serviço descritos no Anexo I – Especificações técnicas;

7.9.2. Sem prejuízo dos ajustes de pagamentos previstos no Anexo, incidirão as sanções administrativas previstas em instrumento.

7.10. Níveis mínimos de Serviço:

7.10.1. Conforme Anexo I – Especificações Técnicas, do Termo de Referência.

7.11. Do reajuste

7.11.1. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), instituído nos termos da Resolução nº 420 e revisado pela Resolução nº 532 de 03/08/2009, ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, a contratada procederá a garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

8.2. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, referente ao respectivo lote.

8.3. A Contratada deverá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.3.2. Seguro-garantia;

8.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.4. O seguro-garantia deverá ser prestado em até 1 (um) mês, contado da data

de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. Para as demais modalidades, a garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

8.4.1. Em caso de não apresentação da garantia no prazo fixado, a licitante estará sujeita a sanções administrativas.

8.5. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser reforçada, complementada ou renovada, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo aditivo/apostilamento.

8.6. A caução em dinheiro será depositada em Instituição Financeira Idônea, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, para os fins a que se destina, em conta específica no Banco do Brasil em favor do Contratante, com correção monetária, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência;

8.7. Os títulos da dívida pública deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º, da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001;

8.8. A fiança-bancária deverá estar vinculada à Instituição Financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil;

8.9. O seguro-garantia deverá ser emitido por pessoa jurídica fiadora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para emissão do referido documento, observada a legislação que rege a matéria, especialmente as disposições da Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013, Circular SUSEP nº 577, de 26 de setembro de 2018, e alterações.

8.10. Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia assegurará o pagamento de:

8.10.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

8.10.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.10.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

8.10.4. Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

8.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do item 8.10.

8.12. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive em decorrência de reforço ou prorrogação da vigência, acarretará a aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal estimado contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% (dez por cento).

8.13. O atraso superior a 15 (quinze) dias corridos para apresentar a garantia autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato sem prejuízo de outras sanções administrativas, conforme dispõe o artigo 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

8.14. A garantia somente será considerada liberada ou restituída 3 (três) meses após a finalização da fiel execução do contrato e será acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato. O prazo de 3 (três) meses acima poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

8.15. Quando da liberação ou restituição da garantia, se prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.16. Caso o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.17. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver sido pago o prêmio nas datas convencionadas.

8.18. É de inteira responsabilidade da contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o contratante.

8.19. Na ocorrência de celebração de termo aditivo de prorrogação de contrato e/ou acréscimo contratual de valor, inclusive reajustamento, deverá ser prestada garantia proporcional frente ao novo valor, nas mesmas condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.20. Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

9. CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da empresa, momento no qual as partes serão apresentadas e irão discutir pormenorizadamente o cronograma referente ao serviço objeto desta contratação, de forma a atender aos prazos estabelecidos no instrumento contratual, dirimindo assim eventuais dúvidas;

9.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato caberão a servidores, que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

9.3. Os Fiscais técnico, administrativo e requisitante responsabilizar-se-ão pela fiscalização da execução do objeto contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, conforme suas respectivas atribuições, utilizando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/21 e a Resolução 102 do CNMP, no que couber, solicitando ao Gestor, conforme seja necessário, as providências necessárias à regularização das falhas, faltas e defeitos observados;

9.4. A atuação de Gestores e Fiscais observará o disposto na Resolução 02/2023PGJ, de 8 de março de 2023, que disciplina os procedimentos de Gestão e Fiscalização Contratual no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da aplicação de outras normativas correlatas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações quem:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, 10.2. Se o licitante ou a contratada não cumprir as obrigações assumidas, estará sujeita às seguintes sanções, a serem aplicadas isoladas ou cumulativamente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa:

a) advertência, aplicada exclusivamente para o item 10.1, alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa, aplicada por qualquer uma das infrações do item 10.1, da seguinte maneira:

b.1) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado mensal do contrato por inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive em decorrência de reforço ou prorrogação da vigência, observado o máximo de 10% (dez por cento) do referido valor;

b.2) multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor estimado mensal do contrato, por ocorrência injustificada que resulte na má qualidade ou não execução dos serviços, que não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do referido valor;

b.3) multa por inexecução parcial do objeto, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado anual do contrato;

b.4) multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado anual do contrato;

b.5) multa por não entrega de proposta ajustada ao preço final ofertado, documentação exigida para o certame ou contratação, ou, ainda, recusa em assinar o contrato, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado anual pela

Administração;

b.6) multa por fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato;

c) impedimento de licitar e contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1, alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1, alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", bem como pelas infrações administrativas previstas no item 10.1, alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.2, alínea "c", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais.

10.4. No caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será

descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a contratada ou ajuizada a dívida, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.7. Para fins de aplicação das sanções administrativas, o lance é considerado proposta.

10.8. A aplicação das sanções previstas no item 10.2, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.9. Incorrerá nos crimes e penas pertinentes todo aquele que, imbuído de má-fé, frustrar ou fraudar o caráter competitivo e legal das licitações;

10.10. Além da aplicação das sanções supracitadas, a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a sua rescisão, com as consequências previstas em contrato, lei ou regulamento, nos termos dos artigos 137 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Será facultada a defesa escrita à Contratada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, na forma dos artigos 157 e 158, da Lei 14.133/2021.

10.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. Este Contrato poderá ser extinto, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

11.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Programa de Trabalho 10.07101.03.091.0004.2062.0002, Fonte 0150000001, Natureza de Despesa 339040, nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE003769, de 05.09.2024.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. A este Contrato será dada publicidade por parte do Contratante, mediante publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Contrato mantém-se vinculado aos termos do Edital de licitação e à proposta que o originou;

16.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada de suas responsabilidades;

16.3. Qualquer tolerância do Contratante quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

16.4. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

16.4.1. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto deste Contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual; 16.4.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações —em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis —repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

16.4.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

16.4.4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.4.5. A Contratada declara seu expresse consentimento quanto ao uso, pelo contratante, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018.

16.5. Da Política Antifraude e Anticorrupção

16.5.1. A Contratada se declara ciente da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>;

16.5.2. As partes se comprometem, durante a execução do contrato, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021, o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução nº 025/2021-PGJ, de 1 de julho de 2021); a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades;

16.5.3. As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção;

16.5.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

16.5.4.1. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

16.5.4.2. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campo Grande/MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, (data da última assinatura digital/eletrônica).

(assinado digitalmente)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

VANDER SILVA

Assinado de forma digital
por VANDER SILVA

FURMANIAK:029

FURMANIAK:02954758970

54758970

Dados: 2024.09.16 16:52:30
-03'00'

BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Vander Silva Furmaniak

Anexo II - Proposta Detalhe - Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023 - Processo nº 09.2023.00001917-5 - UASG – 453860 – Contrato nº 052/PGJ/2024

LOTE II

Lote	Item	Especificação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço unitário (R\$)	Preço total 5 anos (R\$)
II	2	Link MPLS Redundante – LM1	Serviço	1800	704,67	1.268.406,00
	3	Link MPLS Redundante – LM2	Serviço	1320	1.131,71	1.493.857,20
	4	Link MPLS Redundante – LM3	Serviço	240	1.232,08	295.699,20
	5	Link MPLS Redundante – LM4	Serviço	60	2.200,40	132.024,00
Total Lote II						3.189.986,40

(assinado digitalmente)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
VANDER SILVA
FURMANIAK:0295475897
0
Assinado de forma digital por
VANDER SILVA
FURMANIAK:02954758970
Dados: 2024.09.16 16:51:44 -03'00'
BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Vander Silva Furmaniak

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 043/CONV-MPMS/2023 ENTRE MPMS E SEAD/MS**

Processo: 09.2023.00010339-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Romão Avila Milhan Junior**;

2- **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul**, pela Secretária de Estado, **Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira**.

Amparo legal: Artigo 129, IX, da Constituição Federal, e na forma prevista da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Resolução Sefaz 2.093/2007.

Objeto: Estabelecer a mútua cooperação técnica entre as partes para atuação concertada na construção de um fluxo de atendimento integral aos familiares de vítimas de homicídio, feminicídio ou latrocínio, consumados ou tentados, inicialmente em Campo Grande, podendo ser expandida a boa prática para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 09.09.2024 a 09.09.2026.

Data da assinatura: 9 de setembro de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/PGJ/2024

Processo nº 09.2023.00001917-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BRFIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, representada por **Vander Silva Furmaniak**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Prestação pela Contratada, de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet, para atender às unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Capital e no interior do Estado.

Valor mensal: R\$ 53.166,44 (cinquenta e três mil cento e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos); nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE003769, de 05.09.2024

Vigência: 16.09.2024 a 16.09.2029

Data de assinatura: 16 de setembro de 2024.